



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO E TURISMO

PROJETO BASICO

**CONSTRUÇÃO DA COBERTURA DA QUADRA POLIESPORTIVA DO
PATRIMONIO DO VAZ**

**LOCAL DA OBRA: AVENIDA MARIA VAZ ESQUINA COM A RUA SÃO
BENTO – PATRIMONIO NOSSA SENHORA DO CARMO**

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	4
2	PROJETOS	4
3	SERVIÇOS PRELIMINARES E GERAIS	4
4	MOVIMENTAÇÃO DE TERRA E FUNDAÇÕES	5
5	FORMAS DE TABUA DE PINHO PARA CONCRETO ARMADO	5
6	PILARES	6
7	COBERTURA	6
8	PINTURAS	7
9	INSTALAÇÕES ELETRICAS	8
10	PISO DA QUADRA	9
11	INSTALAÇÕES HIDROSSANITARIAS	10
12	LIMPEZA FINAL DA OBRA	10
13	PLANILHA ORÇAMENTARIA DE REFERENCIA	10



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO E TURISMO

14	VISTORIA TECNICA – FACULTATIVA	11
15	CRITERIO DE MEDIÇÕES E PAGAMENTO	11
16	OBSERVAÇÕES FINAIS	11
17	DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO	12
18	FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO	13
19	DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO	13
20	REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	13
21	SUBCONTRATAÇÃO	15
22	GARANTIA DA CONTRATAÇÃO	16
23	DA GESTÃO DO CONTRATO	19
24	PREPOSTO	20
25	FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	22
26	DO GESTOR DO CONTRATO	26
27	DA VISTORIA	27
28	DA EXECUÇÃO DO OBJETO	28
29	LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS	29
30	PROCEDIMENTOS DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO	30
31	DO RECEBIMENTO	30
32	LIQUIDAÇÃO	33
33	PRAZO DE PAGAMENTO	34
34	REAJUSTE	35



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO E TURISMO

35	CESSÃO DE CRÉDITO	35
36	PAGAMENTO PELO FATO GERADOR	36
37	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS	37
38	FORMAS/ CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO	41
39	EXIGENCIAS DE HABILITAÇÃO	41
40	PARA FINS DE HABILITAÇÃO, DEVERÁO INTERESSADO COMPROVAR OS SEGUINTE REQUISITOS	41
41	QUALIFICAÇÃO ECONOMICA- FINANCEIRA	44
42	QUALIFICAÇÃO TÉCNICO	45
43	QUALIFICAÇÃO TÉCNICO – OPERACIONAL	45
44	DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE HABILITAÇÃO	47
45	DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR PARA COOPERATIVAS	47
46	ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO	48
47	ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	49
48	DISPOSIÇÕES FINAIS	49



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO E TURISMO

1 – APRESENTAÇÃO

1.1 A edificação em questão possui finalidade institucional, com a Cobertura da Quadra Esportiva sendo construída no patrimônio do Vaz, em Congonhinhas - PR. Trata-se de uma construção da cobertura da quadra esportiva, constituída de estrutura metálica, pilares metálicos e cobertura metálica, composta por 1.029,84 metros quadrados de construção.

1.2 A edificação possui um espaço destinado a moradores do patrimônio utilizar para a pratica de esportes e lazer, composto por pilares metálicos, cobertura metálica, e fechamento lateral com telha metálica.

1.3 O presente memorial tem por objetivo estabelecer critérios, tipo de materiais, bem como normas para a execução da construção da cobertura da quadra esportiva

2. PROJETOS:

2.1 Serão fornecidos ao executor os projetos de arquitetura e seus projetos complementares (projeto elétrico, projeto de estruturas, projeto hidrossanitário e prevenção de incêndio).

Aseguir, temos as especificações básicas de cada itemdo projeto

3. SERVIÇOS PRELIMINÁRES E GERAIS

3.1 Descrição da obra

Planta de projeto arquitetônico prevendo: a construção da cobertura da quadra esportiva, de estrutura metálica.

Quadro de áreas

ÁREADO LOTE: 1390,40m²

ÁREADE CONSTRUÇÃO: 1.029,84 m²

3.2 Placa da Obra

3.2.1 Deverá ser instalada na obra a placa de obra em chapa galvanizado indicando o nome do responsável técnico da execução da obra e valor da obra contratada. A mesma deverá ter as dimensões de 4,00x2,00m.



3.3 Demolição:

3.3.1 Será feita a demolição de parte da quadra existente para colocação dos pilares metálicos e das estacas. Serão 7 pilares em uma lateral, e 4 pilares em outro lado que precisarão da demolição do piso da quadra, e de escavação. Com área de 1,50 (comprimento) x 0,80 (largura) e 1,50 (altura), cada pilar precisará de 1,80 m³ de demolição. Os outros 4 pilares terão uma altura menor, em declive, sendo uma média de 1,00 metro de altura para cada pilar, sendo 1,20 m³ de demolição. Totalizando 7 pilares da lateral x 1,80 m³ de demolição para cada 12,60 m³ + 4 pilares do outro lado x 1,20 m³ de demolição, totalizando 4,80 m³ do outro lado, somando tudo encontra-se uma área cubica de demolição de 17,40 m³.

4. MOVIMENTAÇÃO DE TERRA E FUNDAÇÕES

4.1 Deverá ser feita a escavação manual para blocos de coroamento ou sapata, para a regularização no nível do piso, para a instalação dos pilares metálicos e da viga baldrame.

4.2 Deverá também ser feita a escavação manual de vala, para a instalação das caixas sifonadas para encaminhamento de água pluvial.

4.3 Consequentemente, o reaterro manual apiloado com soquete, deve ser executado para a regularização do nível.

4.4 As estacas serão escavadas com broca de concreto, diâmetro 30cm, e escavação manual com trado concha, inteira armada, cada estaca deverá ser perfurada por 6,00 metros ou até achar o solo firme, somando, temos 54 estacas a serem perfuradas por 6 metros, totalizando 324,00 metros de estacas.

5 FORMAS DE TÁBUA DE PINHO PARA CONCRETO ARMADO

5.1 As formas deverão ser executadas em tábuas de pinho de no mínimo 25mm de espessura. As tábuas devem ser colocadas com lado do cerne para o interior das fôrmas. As juntas entre as tábuas devem ser bem fechadas para impedir o vazamento da nata de cimento. As amarrações que atravessam fôrmas deverão ser feitas com espaçamento regular. As fôrmas deverão receber reforços em seus travamentos para que não ocorram



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO E TURISMO

desvios verticais quando da concretagem. 3.2 Deverão ser alinhadas e niveladas antes de receber as armaduras. As caixarias deverão ter suas dimensões conferidas e limpas.

5.2 Deverão ser usados espaçadores nas fôrmas de modo a se garantir o cobrimento mínimos das armaduras. Antes da concretagem as fôrmas deverão ser umedecidas até a saturação. Para a desforma utilizar cunhas de madeira e agente desmoldante (aplicado uma hora antes da concretagem). Evitar a utilização de pé-de-cabra. O reaproveitamento das fôrmas será permitido desde que sejam limpas e não apresentem saliências ou deformações.

6 PILARES:

6.1 Os pilares metálicos receberão acabamento em Placas Cimentícias 10mm com 3,55m de altura, para segurança e proteção dos pilares. As Placas deverão cobrir toda extensão exposta do pilar entre o piso e fechamento metálico. O acabamento será dado com pintura de textura acrílica projetada sobre reboco desempenado fino, conforme projeto. Os pilares deverão ser feitos de estrutura metálica.

6.2 Estrutura metálica aparente: pintura em esmalte sintético – cor cinza claro.

Os pilares que ficarão expostos na quadra deverão ser protegidos com uma capa de borracha, para proteção.

6.3 Estrutura metálica: Galpões póricos – colunas e vigas em treliça UDC 75, terças e vigas longitudinais em UDC 127 e 150, 2 águas, sem lanternim, vãos de 6,0 a 10,0 metros, pintado 1 demão, oxido ferro + 2 demãos esmalte epóxi branco, exceto fornecimento de telhas – executada.

6.4 As dimensões dos pilares serão de 1,20 metros de comprimento e 0,50 metros de largura.

7 COBERTURA

7.1 Treliças em aço estrutural, ASTM A36, conforme especificações do projeto de estruturas metálicas, telhas metálicas trapezoidais. Não deverá ser admitido a utilização de aço sem qualificação estrutural, tipo SAE 1020, pois o mesmo tem menor módulo de elasticidade (impactando em maior deformação da estrutura), menor resistência a corrosão (diminuição da vida útil), entre outros aspectos.

7.2 A estrutura metálica será executada em chapas de aço estrutural resistentes à corrosão atmosférica, com resistência ao escoamento mínimo (f_y) de 250 Mpa, a resistência à ruptura



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO E TURISMO

mínima (fu) de 400-550 Mpa. Conectores de cisalhamento, chumbadores e chumbadores químicos: deverão respeitar dimensões mínimas, conforme normas específicas. Barras redondas também em aço ASTM A36.

7.3 Todos os elementos previstos no projeto deverão ser executados e adicionalmente, outros elementos deverão ser incorporados ao projeto, conforme necessidade executivas e outros fatores supervenientes que forem detectados.

7.4 Serão aplicadas telhas metálicas trapezoidais TP40-980, fixadas sobre estrutura metálica em aço galvanizado da quadra poliesportiva, com inclinação mínima de 8%, conforme o projeto.

7.5 Fechamento externo: Telhas Metálicas Perfuradas – pré-pintada nas cores amarela e azul claro. Caracterização e Dimensões do Material - Telhas trapezoidal de aço pré-pintado

7.6 A colocação deve ser feita por fiadas, iniciando-se pelos vértices das fachadas, instalando as telhas em cor amarela propondo padrão de faixa 1,50 de altura, posteriormente as telhas de cor azul, completando o fechamento da fachada.

7.7 Telhamento: Comtelha metálica em chapa de aço galvanizado natural – ondulada E=0,5 mm.

7.8 Calhas: As duas laterais da cobertura, por onde cai a água, deverá ser toda coberta com uma calha em chapa de aço galvanizado de 100 cm.

8. PINTURAS

8.1 Telhas e fechamento lateral: Toda a estrutura exposta deverá receberá pintura com proteção de fundo de 1 demão de 75 micrometros de Primer de Zinco e intermediária de 1 demão de 40 micrometros (CBCA 16) ou 125 micrometros (CBCA 17) de Epóxi.

8.2 Pilares: Os pilares metálicos receberão acabamento em Placas Cimentícias 10mm com 3,55m de altura, para segurança e proteção dos pilares. As Placas deverão cobrir toda extensão exposta do pilar entre o piso e fechamento metálico.

8.3 Modelo de Referência: tinta acrílica Coral para fachada com acabamento fosco contra Microfissuras, ou equivalente.

8.4 Estrutura metálica aparente: pintura em esmalte sintético: Cor Cinza Claro

8.5 Revestimento placa cimentícia: pintura acrílica - Cor Cinza claro.

8.6 Pintura do piso e da arquibancada: A pintura do piso da quadra, deverá ser executada com tinta acrílica, com aplicação manual por toda a quadra, por 895,44 metros quadrados, e mais 134,40 m² de pintura da arquibancada, totalizando 1.029,84

8.7 Piso da quadra (marcação da quadra): Deverá ser executada a pintura da quadra



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO E TURISMO

esportiva, com suas demarcações, com tinta epóxi E=5cm, aplicação manual.

9 INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

9.1 Projeto: No projeto de instalações elétricas foi definido a distribuição geral das luminárias, pontos de força, comandos, circuitos, chaves, proteções e equipamentos. O atendimento à edificação foi considerado em baixa tensão, conforme a tensão operada pela concessionária local em 127V ou 220V. Os alimentadores foram dimensionados com base o critério de queda de tensão máxima admissível considerando a distância aproximada de 15 metros do quadro geral de baixa tensão até o alimentador. Caso a distância seja maior, os condutores deverão ser redimensionados.

9.2 Os circuitos que serão instalados seguirão os pontos de consumo através de eletrodutos, condutes e caixas de passagem. Todos os materiais deverão ser de qualidade para garantir a facilidade de manutenção e durabilidade.

9.3 As luminárias especificadas no projeto preveem lâmpadas de baixo consumo de energia como refletores em LED, e o acionamento foi simplificado para a ligação direta no quadro de distribuição, de forma seccionada, para acionar as luminárias conforme a necessidade no local.

9.4 Caixas de passagem: As caixas de passagem, no que diz respeito à sua instalação, obedecerão às normas da ABNT atinentes ao assunto. O posicionamento das caixas deverá ser verificado no projeto de instalações elétricas

9.5 Fios e cabos: Os condutores serão instalados de forma que não estejam submetidos a esforços mecânicos incompatíveis com sua resistência, o que prevalece, também, para o seu isolamento e/ou revestimento.

9.6 As emendas e derivações serão executadas de modo a assegurarem resistência mecânica adequada e contato elétrico perfeito e permanente por meio de um conector apropriado ou de solda e deverão ser executadas sempre em caixas de passagem.

9.7 Os fios ou cabos serão de cobre de alta condutividade, classe de isolamento 750 V, com isolamento termoplástica, com temperatura limite de 70° C em regime, com cobertura protetora de cloreto de polivinila (PVC).

9.8 A bitola mínima dos condutores a serem usadas serão de secção: # 2,5 mm² para as instalações elétricas em geral.

9.9 Disjuntores: Todos os condutores deverão ser protegidos por disjuntores compatíveis com suas respectivas capacidades nominais, de acordo como projeto elétrico.

9.10 Os disjuntores monopolares e bipolares de caixa moldada deverão ser similares à



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO E TURISMO

marca Siemens ou MGE, modelo 5SX1 série N, sem compensação térmica de carcaça, mecanismo de operação manual com abertura mecanicamente livre, para operações de abertura e fechamento, dispositivo de disparo, eletromecânico, de ação direta por sobrecorrente e dispositivo de disparo de ação direta e elemento térmico para proteção contra sobrecargas prolongadas.

9.11 Disjuntores: Para circuitos bifásicos ou trifásicos deverão ser utilizados disjuntores conjugados pelo fabricante.

9.12 É proibida a utilização de disjuntores acoplados na obra. Deverá ser utilizado trava disjuntores nos quadros para evitar escorregamento dos mesmos.

9.13 São previstos refletores em LED com potência de 200W, conforme especificado. Poderão ainda ser utilizados outros tipos de luminárias/lâmpadas, desde que observada à equivalência entre índices como luminância e eficiência luminosa/energética.

9.14 Todas as luminárias serão metálicas, ligadas ao fio terra, não se admitindo em nenhuma hipótese luminárias de madeira ou qualquer outro material combustível.

9.15 Os refletores deverão ser fixados nas treliças metálicas, acompanhando a sua altura e inclinação. Refletor Holofote MicroLED Slim de 2000w, temperatura 6500K – Branco Frio, modelo Iluminim 284 x 235 x 150mm ou equivalente.

9.16 SPDA: Deverá ser executado, na instalação do sistema de proteção contra descargas atmosféricas – SPDA, 5 hastes de aterramento, distribuídos em pontos diferentes da cobertura, conforme consta no projeto de SPDA.

9.17 O sistema é composto por 5 hastes de aterramento, 3 bases metálicas para suporte do mastro, 1 mastro com 3 metros, 1 captador Franklin, e cordoalha de cobre por toda a cobertura.

10. PISO DA QUADRA

10.1 Deverá ser executado, a reforma do piso da quadra que será demolido para a instalação dos pilares.

10.2 Depois de reformado o piso da quadra, será todo pintado com tinta acrílica, com aplicação manual 3 demãos.

10.3 Após aplicado a primeira pintura, será feita a pintura com as demarcações da quadra, com tinta epóxi E= 5cm, aplicação manual.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO E TURISMO

11. INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS

11.1 Deverá ser instalado 2 extintores de carga CO2.

11.2 Para captação das águas pluviais, será instalado calha em toda a lateral da cobertura, e conectado a tubos de condutores de 150mm, que conduzirão a água pluvial para as caixas de passagem, que será conduzida para a rua.

12. LIMPEZA FINAL DA OBRA

12.1 Após o término da obra, será feita uma limpeza geral da unidade, tanto interna quanto externamente.

13. PLANILHA ORÇAMENTARIA DE REFERÊNCIA

13.1 Faz parte do orçamento o fornecimento de todo material, acessórios de fixações, terminações, identificações, certificações, mão de obra, EPI'S, ferramentas, andaimes plataformas elevatórias, escadas e encargos sociais para os serviços acima descritos.

13.2 Para elaboração do orçamento, a empresa contratada deverá tirar todas as dúvidas com relação aos desenhos e preencher a planilha orçamentária que acompanha o presente edital de licitação.

13.3 A CONTRATADA ao apresentar o preço para esta intervenção esclarecerá que estudou detalhadamente todos os memoriais e demais documentos integrantes do edital e que tomou conhecimento dos serviços a serem executados e das demais informações que julga necessária para formulação das propostas, não sendo passíveis de questionamentos e reivindicações posteriores à sua apresentação e que os preços ofertados incluem todos os custos diretos e indiretos para a perfeita execução dos serviços, assim como que tem ciência de todos os serviços necessários a completa execução do empreendimento.

13.4 Que não teve dúvidas na interpretação dos detalhes construtivos e das recomendações constantes das presentes especificações, e que está ciente de que as especificações complementam os desenhos, e a planilha orçamentária.

13.5 A contratada deverá substituir, por sua conta, qualquer material ou aparelho de seu fornecimento que apresentar defeitos decorrentes de fabricação ou má instalação



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO E TURISMO

13.6 Todo serviço considerado mal-acabado deverá ser refeito à custa do proponente, a critério da Fiscalização do serviço.

13.7 A fiscalização dos serviços em nada eximirá o proponente das responsabilidades assumidas.

14. VISTORIATÉCNICA - FACULTATIVA

14.1 A empresa licitante poderá vistoriar o local onde serão executados os serviços até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade existentes na intervenção da Implantação, mediante prévio agendamento de horário, junto ao engenheiro responsável pela obra e fiscal técnico Luiz Fernando Biaggi, CRM 175.592/D, telefone (43) 99983-4675. E fiscal de contrato, setorial e administrativo Lucinei Vernier de Macedo portaria 116/2022, telefone (43) 98437-0443.

14.2 Tendo em vista a facultatividade da realização da vistoria, as licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existente como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste Projeto Básico.

15. CRITÉRIO DE MEDIÇÕES E PAGAMENTOS

15.1 Os serviços executados serão aferidos mensalmente por agentes técnicos da Prefeitura Municipal de CONGONHINHAS - P.M.C., medidos da forma descritas, conforme etapas concluídas e os respectivos preços unitários contratados.

Observações:

15.2 Os itens executados em desconformidades, serão glosados da medição, não serão pagos, somente após estarem de acordo com o objeto contratado.

16. OBSERVAÇÕES FINAIS:

16.1 A obra deverá ser entregue em perfeito estado de limpeza e conservação, apresentando funcionamento ideal, para todas as instalações, equipamentos e aparelhos pertinentes à mesma.

16.2 Todo entulho proveniente dos serviços e obras efetuadas, bem como sobras de materiais, e as instalações e equipamentos utilizados na execução dos trabalhos deverão ser



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO E TURISMO

retirados do local da obra pela Empreiteira Contratada.

16.3 Qualquer alteração dos materiais e técnicas especificadas deve ser aprovada pelo Engenheiro e Obras. A obra deverá obedecer à boa técnica, atendendo às recomendações das Normas Técnicas Brasileiras e das concessionárias locais.

16.4 A empresa executora deverá disponibilizar profissional devidamente habilitado no conselho de classe, para acompanhar a execução dos serviços.

16.5 Quaisquer esclarecimentos complementares necessários ao bom entendimento das presentes considerações serão prestados pela CONTRATANTE e deverão ser feitos antes da apresentação da proposta.

16.6 A CONTRATADA ao apresentar o preço para esta intervenção esclarecerá que não teve dúvidas na interpretação dos detalhes construtivos e das recomendações constantes das presentes especificações, e que está ciente de que as especificações complementam os desenhos, e a planilha orçamentária.

16.7 A CONTRATADA deverá prestar assistência técnica durante o período de 05 (cinco) anos conforme Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002 – Art. 618, devendo ser prestada quando solicitada, caso haja necessidade de consertos e/ou reparações após a entrega, sanando todo e qualquer tipo de problema sem qualquer tipo de ônus ao Município.

17. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

17.1 Construção da Cobertura da Quadra Esportiva contendo: serviços preliminares e administração da obra, movimentação de terra, drenagem e águas pluviais, estruturas e cobertura.

Item	Especificação	CATS ER	Und.De Medida	Qu ant	Valor Unitário	ValorTotal
1	Contratação de Empresa para a Construção da Cobertura da Quadra Esportiva contendo: serviços preliminares e administração da obra, movimentação de terra, drenagem e águas pluviais, estruturas e cobertura. Area a ser Construída: 1.029,84m ²	14222	Serviço	1	R\$ 1.011.883,29	R\$ 1.011.883,29



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO E TURISMO

- a. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar item 16.
- b. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do contrato, prorrogável por igual período, na forma da Lei nº 14.133, de 2021.
- c. O prazo de execução da obra será de 180 (cento e oitenta) dias, conforme cronograma físico financeiro de execução.
- d. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

18. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

18.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se em tópico específico no Estudos Técnicos Preliminar Item 18.

19. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

19.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares no item 6.

20. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

20.1 Sustentabilidade

20.2 Impactos ambientais são as alterações no ambiente causadas pelas ações humanas. Os impactos ambientais podem ser considerados positivos e negativos. Os impactos negativos ocorrem quando as alterações causadas geram risco ao ser humano ou para os recursos naturais encontrados no espaço.

20.3 Por outro lado, os impactos são considerados positivos quando as alterações resultam em melhorias ao meio ambiente.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO E TURISMO

- 20.4 A presente contratação visa gerar impactos ambientais positivos, uma vez que haverá previsão da responsabilidade ambiental da futura contratada, que todo o material e equipamento a ser fornecido deverá considerar a composição, características ou componentes sustentáveis, atendendo, dessa forma, o disposto na Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, Capítulo III, artigo 5.º, I, II, III e § 1º, exceto aqueles em que não se aplica a referida norma.
- 20.5 A Contratada deverá adotar, no que couber, as disposições da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010; da Resolução Conaman nº 362, de 23 de junho de 2005; da Resolução Conama nº 416, de 30 de setembro de 2009; bem como da Resolução Conama Nº 340, de 25 de setembro de 2003, para que seja assegurada a viabilidade técnica e o adequado tratamento dos impactos ambientais específicos.
- 20.6 A Contratada deverá, ainda, respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos.
- 20.7 Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:
- 20.8 O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.
- 20.9 Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:
- 20.10 resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.
- 20.11 resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO E TURISMO

20.12 resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

20.13 resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

20.14 Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

20.15 Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

20.16 Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental: Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

20.17 Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

20.18 Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

21. SUBCONTRATAÇÃO



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO E TURISMO

21.1 A contratada não poderá subcontratar o Contrato, a nenhuma pessoa física ou jurídica, salvo nas hipóteses descritas no edital.

22. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

- a. Será exigida a garantia da contratação de que tratamos arts. 96 e seguintes da Lei nº14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.
- b. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- c. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

22.1 Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

22.2 A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

22.3 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

22.4 Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

22.5 Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

22.6 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

22.7 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO E TURISMO

Civil.

22.8 Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

22.9 O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

22.10 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

22.11 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

22.12 Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

22.13 Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

22.14 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

22.15 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

22.16 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO E TURISMO

22.17 O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

22.18 O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

22.19 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

22.20 Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

22.21 A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

22.22 A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

22.23 A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

22.24 Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

22.25 Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

22.26 Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO E TURISMO

pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

22.27 O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Projeto Básico.

22.28 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

22.29 A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Projeto Básico.

23 DA GESTÃO DO CONTRATO

23.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

23.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

23.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

23.4 O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

23.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros

23.6 Caberá a gestão do contrato a Senhora DAIANS SANTOS PIROLO, Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo, a quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas neste contrato e ainda:

- a) propor ao órgão competente a aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação aplicável, no caso de constatar irregularidade cometida pela CONTRATADA.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO E TURISMO

- b) receber do fiscal as informações e documentos pertinentes à execução do objeto contratado;
- c) manter controles adequados e efetivos do presente contrato, do qual constarão todas as ocorrências relacionadas com a execução, com base nas informações e relatórios apresentados pela fiscalização;
- d) propor medidas que melhore a execução do contrato.

Caberá ao fiscal técnico e engenheiro da obra, senhor Luiz Fernando Biaggi Ferri, Engenheiro Civil, CRM: 175.592/D e fiscal de contrato Lucinei Vernier Macedo, portaria 116/2022 o acompanhamento da execução do objeto da presente contratação, informando ao gestor do contrato Daians Santos Pirolo (Secretária de Cultura, Desporto e Turismo) todas as ocorrências, em especial as que possam prejudicar o bom andamento da execução contratual. Além disso, a fiscalização procederá, mensalmente, a contar da data da assinatura deste Contrato, citada no extrato do contrato publicado no Diário Oficial, à medição baseada nos serviços executados, elaborará o boletim de medição, verificará o andamento físico dos serviços e comparará com o estabelecido no cronograma físico-financeiro e cronograma de execução aprovado, para que permita a elaboração do processo de faturamento. Caso os serviços executados não correspondam ao estabelecido no cronograma físico-financeiro, será registrada a situação, inclusive para fins de aplicação das penalidades previstas se for o caso.

24. PREPOSTO

- 24.1 O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.
- 24.2 O Contratado deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de Execução do Contrato.
- 24.3 O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

- 24.4 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, Lucinei Vernier Macedo, portaria: 116/2022 ou pelos



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO E TURISMO

respectivos substitutos.

24.5 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

24.6 As disposições previstas neste Projeto Básico não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

24.7 Para a compensação da jornada prevista no Decreto 12.174, de 2024, e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços para unidades distintas, caberá ao fiscal setorial Lucinei Vernier de Mcedo, portaria 116/2022 fazer a interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os serviços, para o fim da avaliação sobre a compensação pretendida. Em não havendo designação de fiscal setorial, a competência recairá no fiscal técnico.

24.8 O controle das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do ponto eletrônico da contratada ou outros meios admitidos pela legislação trabalhista.

24.9 Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal de contrato observará se foi efetuado o desconto do pagamento do vale transporte na fatura apresentada pela contratada, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.

24.10 O desconto do valor referente ao vale-alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.

24.11 Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO E TURISMO

24.12 Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal do contrato, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade, dando ciência ao gestor do contrato.

24.13 O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.

24.14 Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverá informar previamente ao responsável pela unidade de execução onde desempenha suas atividades. Em havendo concordância, este informará ao fiscal do contrato, que avisará o preposto da empresa sobre a compensação pretendida e a previsão da data de ausência do trabalhador.

24.15 Neste caso, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.

24.16 O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório com as seguintes informações:

24.17 se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída;

25. FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

25.1 O fiscal administrativo do contrato Daiane Santos Pirolo, Secretária de Cultura, Desporto e Turismo, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

- a. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- b. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO E TURISMO

erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

c. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

d. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

e. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

f. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

25.2 Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

25.3 exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

25.4 Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

25.5 certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do Contratado;

25.6 Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); 22.13

25.7 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

25.8 entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

25.9 extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante;

25.10 cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

25.11 cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO E TURISMO

dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

25.12 comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale- transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;

25.13 comprovantes de realização de eventuais curso de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato;

25.14 documentos comprobatórios de que o capital social integralizado da empresa é compatível como número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

25.15 Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item acima deverão ser apresentados.

25.16 A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 7.30.1 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

25.17 A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

25.18 O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

25.19 Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

25.20 Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

25.21 No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

25.22 Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO E TURISMO

autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

25.23 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).

25.24 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.

25.25 O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

25.26 A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

25.27 Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

25.28 Não havendo quitação das obrigações por parte do Contratado no prazo de quinze dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

25.29 O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

25.30 Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os empregados do Contratado.

25.31 O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação,



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO E TURISMO

pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

25.32 A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

25.33 A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

25.34 A fiscalização administrativa verificará a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, que poderá ser adotada nas seguintes hipóteses:

25.35 Diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho na unidade de execução, inclusive na hipótese de recesso de final de ano, quando houver; e

25.36 Necessidade eventual de caráter pessoal dos trabalhadores, em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhadores substitutos.

25.37 As compensações de jornada limitam-se:

25.38 À jornada diária máxima de 8 (oito) horas; e

25.39 Ao acréscimo de 2 (duas) horas à jornada diária do trabalhador.

25.40 A compensação de jornada depende do interesse manifestado pelo trabalhador e da avaliação do responsável pela unidade de execução.

26. DO GESTOR DO CONTRATO

26.1 Cabe ao gestor do contrato: Daiane Santos Pirolo (Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo) coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

26.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO E TURISMO

ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

26.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

26.4 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

26.5 Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor comcompetência para tal, conforme o caso.

26.6 Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

26.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

26.8 Receber e dar encaminhamento imediato:

26.9 às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024 à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

27 DA VISTORIA

27.1 Os licitantes poderão vistoriar o local onde será executada a obra até o ultimo dia útil anterior a data fixada para abertura da sessão publica, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade existentes, por meio de representante devidamente habilitado



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO E TURISMO

junto ao CREA/CAU.

27.2 Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

27.3 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

28 DA EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

28.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

28.2 A obra deverá ser iniciada em até 21 (vinte e um) dias após o recebimento, pela Contratada da respectiva Ordem de Serviço.

28.3 A responsabilidade civil e ético-profissional pela qualidade, solidez e segurança da operação ou do serviço é da executante. Antes do período de ocorrência das chuvas, a contratada deverá tomar as medidas necessárias através da execução de manutenções preventivas nos locais onde apresentarem patologias que venham a comprometer o bom desempenho da obra. Mesmo durante o período chuvoso ou imediatamente após as chuvas, deverão ser observados os cuidados necessários para a manutenção da boa qualidade dos serviços.

28.4 Preliminarmente deverá ser realizada uma verificação para determinar com precisão a causa do defeito. Cada membro da equipe que irá executar qualquer “Operação” já deve chegar ao local da obra, munido, por exemplo, de todos os Equipamentos de Proteção Individual.

28.5 O Encarregado da Equipe, para garantir a proteção coletiva, deve tomar as atitudes abaixo relacionadas:

- a) Observar o fluxo de veículos e pedestres no local da “Operação”, e decidir sobre a localização e distribuição das placas de sinalização e cones de advertência. As placas e cones devem proteger também o caminhão estacionado, que por sua vez será útil para a proteção de toda a Equipe.
- b) Em todos os serviços executados, será obrigatória a limpeza final do entulho e do material excedente, os quais deverão ser depositados ou recolhidos



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO E TURISMO

em locais pré estabelecidos, ficando proibida a descarga em leitos de vias públicas ou em terrenos baldios, devendo a empresa contratada apresentar a SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS, um plano de manejo ambientalmente sustentável no que diz respeito ao destino do material retirado.

c) Todo e qualquer defeito na obra, que se produza, após a obra até o prazo mínimo de 1(um) ano, deverá ser imediatamente corrigido pela empresa executora, por iniciativa própria ou em atenção à solicitação expedida pela SECRETARIA DE ESPORTES

28.6 Cuidados especiais na execução: Se para a execução da obra de Construção da Cobertura da Quadra a colocação da sinalização, cones e placas, necessitar estrangular a passagem de veículos (<3,5 metros, vide sugestões), o Encarregado deve destacar um dos trabalhadores para ficar atento às tarefas de movimentação dos cones e/ou placas, assim como para proceder uma sinalização manual. Se o Encarregado verificar que isto não será suficiente para uma operação segura.

29 LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

29.1 Os serviços serão realizados na quadra do Patrimônio Nossa Senhora do Carmo – VAZ, situada na Avenida Maria Vaz, esquina com a Rua São Bento.

Materiais a serem disponibilizados

29.2 Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

29.3 Garantir todos os materiais, equipamentos e insumos necessários para a execução das atividades (quando aplicável), em conformidade com as especificações do contrato.

29.4 Cumprir normas de segurança e higiene no trabalho, com a disponibilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e treinamento adequado aos profissionais

29.5 A prestação dos serviços deverá ocorrer com o fornecimento dos materiais definidos na planilha orçamentária, bem como a disponibilização de mão de obra para execução dos serviços nela definidos e demais obrigações existentes do Estudo Técnico Preliminar, Projeto Básico, Memoriais e Instrumento Contratual, dentre



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO E TURISMO

outros projetos caso existentes.

30 PROCEDIMENTOS DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 30.1 Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.
- 30.2 O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo 05 anos, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto

31 DO RECEBIMENTO

- 31.1 Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.
- 31.2 Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.
- 31.3 O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.
- 31.4 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- 31.5 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 31.6 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO E TURISMO

- 31.7 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 31.8 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 31.9 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 31.10 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 31.11 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)
- 31.12 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 31.13 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 31.14 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO E TURISMO

31.15 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

31.16 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

31.17 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

31.18 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

31.19 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

31.20 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

31.21 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

31.22 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

31.23 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



32 LIQUIDAÇÃO

32.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

32.2 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

32.3 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade; a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar;
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

32.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

32.5 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

32.6 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO E TURISMO

Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

32.7 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

32.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

32.9 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

32.10 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

33. PRAZO DE PAGAMENTO

33.1 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

33.2 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização.

Forma de pagamento

33.3 O pagamento será realizado após recebimento dos recursos financeiros da SECID - SECRETARIA DAS CIDADES/PARANACIDADE, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

33.4 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO E TURISMO

33.5 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

33.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

33.7 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

34. REAJUSTE

34.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da assinatura do contrato estimado.

35. CESSÃO DE CRÉDITO

- a. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.
- b. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- c. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- d. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO E TURISMO

possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

- e. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.
- i. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

36. PAGAMENTO PELO FATO GERADOR

- a. No caso do Pagamento pelo Fato Gerador, o Contratante adotará os seguintes procedimentos:
- b. Serão objeto de pagamento mensal ao Contratado o somatório dos seguintes módulos que compõem a planilha de custos e formação de preços, disposta no Anexo VII-D da IN SEGES/MP n.º 5/2017:

1. Módulo 1: Composição da Remuneração;
2. Submódulo 2.2: Encargos Previdenciários e FGTS;
3. Submódulo 2.3: Benefícios Mensais e Diários;
4. Submódulo 4.2: Substituto na Intrajornada;
5. Módulo 5: Insumos; e
6. Módulo 6: Custos Indiretos, Tributos e Lucro (CITL), que será calculado tendo por base as alíneas acima.

c. Os valores referentes a férias, 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, 13º (décimo terceiro) salários, ausências legais, verbas rescisórias, devidos aos trabalhadores, bem como outros de evento futuro e incerto, não serão parte integrante dos pagamentos mensais ao Contratado, devendo ser pagos pela Administração ao Contratado somente na ocorrência do seu fato gerador;

d. A não ocorrência dos fatos geradores discriminados neste item não gera direito adquirido para o Contratado das referidas verbas ao final da vigência do contrato, devendo o pagamento seguir as regras previstas no contrato



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO E TURISMO

- e. As verbas discriminadas no item anterior somente serão liberadas nas seguintes condições:
- f. pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;
- g. pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;
- h. pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato;
 - i. pelos valores correspondentes às ausências legais efetivamente ocorridas dos empregados vinculados ao contrato; e
 - j. outras de evento futuro e incerto, após efetivamente ocorridas, pelos seus valores correspondentes.

37. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

37.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO E TURISMO

- a. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- b. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- c. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

39.6 Multa:

- 37.2 Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.
- 37.3 Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
- 37.4 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 37.5 Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.
- 37.6 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.
- 37.7 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.
- 37.8 Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO E TURISMO

acima na alínea “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO E TURISMO

valor da contratação.

37.9 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

37.10 A aplicação das sanções previstas neste Projeto Básico não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integraldo dano causado ao Contratante.

37.11 Todas as sanções previstas neste Projeto Básico poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

37.12 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

37.13 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

37.14 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

37.15 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

37.16 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

37.17 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

37.18 Na aplicação das sanções serão considerados:

37.19 a natureza e a gravidade da infração cometida;

37.20 as peculiaridades do caso concreto;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO E TURISMO

37.21 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

37.22 os danos que dela provierem para o Contratante; e

37.23 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

37.24 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

37.25 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Projeto Básico ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

37.26 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

37.27 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

37.28 Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.



38. FORMAS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

38.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRENCIA PUBLICA, sob a forma ELETRONICA, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço.

38.2 No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

39. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

- a. Em atendimento aos requisitos de habilitação, os documentos anexados pelo licitante deverão apresentar resolução adequada, de modo a assegurar a plena legibilidade, garantindo que todas as informações neles constantes sejam claramente visíveis. É imperativo que tais documentos não contenham rasuras ou qualquer outra forma de alteração que possa comprometer a correta conferência das informações indispensáveis à habilitação.
- b. Havendo a necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando nova data e horário para continuidade desta.
- c. Após a entrega dos documentos de habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para, complementar informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessários para apurar fatos existentes à época da abertura do certame.

40 . PARA FINS DE HABILITAÇÃO, DEVERÁO INTERESSADO COMPROVAR OS SEGUINTE REQUISITOS:

40.1 Habilitação jurídica

40.1.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO E TURISMO

território nacional;

40.1.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

40.1.3 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

40.1.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

40.1.5 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

40.1.6 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

40.1.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

40.1.8 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

40.1.9 Não será permitida a participação de Consórcio, conforme justificativa técnica e econômica constante do processo administrativo.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO E TURISMO

40.2 Habilitação fiscal, social e trabalhista

40.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

40.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

40.2.3 Prova de regularidade como Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

40.2.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

40.2.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

40.2.6 Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

40.2.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

40.2.8 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.



41. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- b. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- c. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- d. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo, 10% do valor total estimado da contratação.
- e. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO E TURISMO

últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

f. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

g. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

h. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

i. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

42. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

b. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

c. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, em plena validade;

d. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

43. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL

a. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO E TURISMO

jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

b. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

<p>CONSTRUÇÃO DE COBERTURA PARA QUADRA POLIESPORTIVA</p>

- a. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.
- b. Os atestados de capacidade técnica DEVERÃO ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor, com CAT acervada no CREA.
- c. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.
- d. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.
- e. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.
- f. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.
- g. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, em decorrência de orientação



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO E TURISMO

proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

44. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE HABILITAÇÃO

a. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

b. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

c. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

d. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

e. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

45. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR PARA COOPERATIVAS

a. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

b. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO E TURISMO

- a. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- b. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- c. O registro previsto na Lein. 5.764, de 1971, art. 107;
- d. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

45.1 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- a. - ata de fundação;
estatuto social coma ata da assembleia que o aprovou;
- b. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, coma ata da assembleia;
- c. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- d. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
- e. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação;
- f. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

46. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

46.1 O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 1.011.883,29 (um milhão onze mil oitocentos e oitenta e três mil e vinte nove centavos), conforme custos unitários apostos na planilha orçamentaria.

46.2 Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO E TURISMO

46.3 A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

47. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

47.1 A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

266 - 06.002.13.392.0107.1014.4.4.90.51.00 Obras, Reformas e Ampliação do Espaço Cultural

48. DISPOSIÇÕES FINAIS

48.1. As informações contidas neste Projeto Básico não são classificadas como sigilosas.

Congonhinhas, 08 de maio de 2026

Daians Santos Pirollo
Secretário Municipal de Cultura, Desporto e Turismo

**LUIZ FERNANDO
BIAGGI
FERRI:08462973961**

Assinado de forma digital
por LUIZ FERNANDO BIAGGI
FERRI:08462973961
Dados: 2026.04.06 08:36:51
-03'00'

Luiz Fernando Biaggi Ferri
Engenheiro Civil



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO E TURISMO

JUSTIFICATIVA DA NÃO PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

A Lei nº 14.133/2021 dispõe, em seu art. 15, que a não participação de empresas constituídas sob a forma de consórcio deve ser devidamente justificada.

Dessa forma, para o objeto que se pretende contratar, Concorrência para execução de obra de engenharia referente à cobertura de quadra poliesportiva, esclarecemos que será vedada a participação de empresas constituídas sob a forma de consórcio, conforme segue:

A vedação à participação de empresas constituídas na forma de consórcio justifica-se pelo fato de que a obra de cobertura de quadra poliesportiva envolve serviços de engenharia civil comuns, compatíveis com empresas do ramo da construção civil, cuja qualificação técnica profissional e técnica operacional exigida é usual e amplamente atendida por empresas individuais atuantes no mercado.

Ressalta-se que a execução do objeto não demanda tecnologia específica, métodos construtivos exclusivos ou capacidade técnica excepcional que justifique a necessidade de reunião de empresas por meio de consórcio, sendo plenamente possível sua execução por empresa isolada devidamente habilitada.

Para os serviços que eventualmente demandem a utilização de equipamentos específicos ou mão de obra especializada, é permitida a subcontratação parcial, conforme previsto na legislação vigente, não sendo, portanto, necessária a formação de consórcio para atendimento das exigências técnicas do objeto.

Dessa forma, entende-se que a vedação à participação de consórcio não reduzirá a competitividade do certame, visto que a formação de consórcios tem como finalidade, em regra, suprir exigências de habilitação que uma única empresa não conseguiria atender, situação que não se verifica no presente caso.

A participação de consórcios mostra-se mais adequada quando o objeto licitado é considerado de alta complexidade técnica ou de grande vulto econômico, o que não se aplica à presente contratação, conforme definição constante na Lei nº 14.133/2021:
Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XXII – obras, serviços e fornecimentos de grande vulto: aqueles cujo valor estimado supera R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais).

Não há, portanto, qualquer elemento técnico ou econômico que justifique a participação de empresas em consórcio para o objeto em apreço. A obra não se reveste de alta complexidade, tampouco se enquadra como serviço de grande vulto, não apresentando características que recomendem a admissão de consórcios no certame.

Ao contrário, a admissão de consórcios em objeto de baixa complexidade pode afrontar o princípio da competitividade, ao permitir a união de empresas que poderiam concorrer de forma independente, reduzindo o número de participantes e, conseqüentemente, a possibilidade de obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Assim, a formação de consórcio, ao invés de ampliar a competitividade, poderia restringi-la, reunindo empresas que possuem plena capacidade de execução individual do objeto licitado.

Posto isso, a permissão da participação de empresas constituídas sob a forma de consórcio poderia trazer prejuízos ao caráter competitivo do certame, bem como comprometer a busca da proposta mais vantajosa para a Administração, razão pela qual se justifica a vedação.

Daians Santos Pirolo
Secretário Municipal de Cultura, Desporto e Turismo

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHINHAS - PR

Estudo Técnico Preliminar 81/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 020/2026

2. Descrição da necessidade

2.1 Se faz necessário ampliar, qualificar e proteger os espaços públicos destinados à prática esportiva, atividades educacionais, recreativas e eventos comunitários. A quadra poliesportiva localizada no Patrimônio do Vaz é amplamente utilizada pela comunidade local, porém encontra-se descoberta, o que limita sua utilização contínua em razão das intempéries climáticas, como chuvas intensas e exposição excessiva ao sol.

2.2 A inexistência de cobertura adequada ocasiona interrupções das atividades, desconforto aos usuários, riscos à integridade física dos praticantes e deterioração precoce do piso e demais elementos da quadra. Dessa forma, a construção de cobertura metálica se apresenta como solução necessária para assegurar melhores condições de uso, segurança, durabilidade do equipamento público e atendimento às políticas públicas de esporte, lazer e inclusão social.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo	Daiane Santos Piolo

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

- 4.1 A contratação dos serviços para a Quadra Poliesportiva deverá atender aos seguintes requisitos:
- 4.1.1 Execução de obra de engenharia para construção de cobertura metálica sobre quadra poliesportiva existente;
 - 4.1.2 Observância integral aos projetos técnicos, Projeto Básico, memorial descritivo, planilha orçamentária e normas da ABNT;
 - 4.1.3 Utilização de materiais de qualidade, com durabilidade compatível com a vida útil esperada da estrutura;
 - 4.1.4 Atendimento às normas de segurança do trabalho (NRs), legislação ambiental e acessibilidade, quando aplicável;
 - 4.1.5 Execução por empresa especializada, com responsável técnico devidamente habilitado no CREA ou CAU;
 - 4.1.6 Garantia da obra conforme legislação vigente
- 4.2 Trata-se de obra de engenharia, nos termos da Lei nº 14.133/2021, não se caracterizando como bem ou serviço comum, em razão da necessidade de projeto técnico, responsabilidade técnica e execução especializada
- 4.3 As exigências de qualificação técnica deverão observar o princípio da competitividade, admitindo-se a comprovação de experiência em obras de características semelhantes, vedadas exigências excessivas ou restritivas que limitem indevidamente a participação de licitantes

5. Justificativa quanto à não adoção da BIM

5.1 Para o exercício de 2026, a Administração opta pela não adoção da metodologia BIM, considerando a ausência de obrigatoriedade legal para o porte da obra, a limitação de estrutura técnica interna e o fato de que a utilização do BIM não se mostra economicamente vantajosa frente à simplicidade relativa do objeto, não comprometendo a qualidade do projeto e execução.

6. Levantamento de Mercado

6.1 A presente contratação não se enquadra no Sistema de Registro de Preços, tendo em vista tratar-se de obra de engenharia com objeto certo, determinado e execução única, sem necessidade de contratações futuras e sucessivas

6.2 As técnicas construtivas adotadas são usuais, com ampla aplicação em equipamentos públicos semelhantes, o que reduz riscos de execução e facilita a manutenção futura.

6.3 O levantamento de mercado considerou soluções usualmente adotadas para cobertura de quadras poliesportivas, com análise de técnicas construtivas e materiais empregados em obras públicas similares, visando identificar a alternativa mais adequada sob os aspectos técnico e econômico.

6.4 O levantamento de mercado foi realizado com base em referenciais oficiais de custos da construção civil, tais como SINAPI/PR, além de consultas ao Banco de Preços e análises de contratações similares realizadas por outros entes públicos.

6.5 Os dados obtidos refletem os preços praticados no mercado regional para obras de mesma natureza e porte, garantindo maior confiabilidade na estimativa da contratação.

6.6 Análise de Alternativas

6.6.1 Foram analisadas as seguintes alternativas para atendimento da necessidade:

6.6.1.1 Manutenção da quadra sem cobertura: alternativa descartada, pois não resolve os problemas de exposição às intempéries, comprometendo a utilização contínua do espaço;

6.6.1.2 Execução de cobertura com estrutura de madeira: alternativa descartada em razão da menor durabilidade, maior necessidade de manutenção e menor resistência às condições climáticas;

6.6.1.3 Execução de cobertura metálica: alternativa escolhida por apresentar maior durabilidade, melhor custo-benefício ao longo do tempo, menor necessidade de manutenção e maior resistência estrutural.

6.6.1.4 Diante da análise, conclui-se que a cobertura metálica é a solução mais vantajosa para a Administração.

7. Descrição da solução como um todo

7.1 Consiste na execução de obra para implantação de cobertura metálica sobre a quadra existente, contemplando fundações, pilares, estrutura metálica, telhamento, fechamentos laterais, sistema de drenagem pluvial, instalações elétricas, pintura, recuperação de áreas afetadas e demais serviços complementares previstos em projeto.

7.2 A solução considera todo o ciclo de vida do objeto, priorizando segurança estrutural, resistência às intempéries, facilidade de manutenção, sustentabilidade e adequada integração com a estrutura já existente

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1 As quantidades estimadas foram definidas com base nos projetos técnicos e levantamentos topográficos, contemplando área aproximada de 1.029,84 m² de cobertura, além dos quantitativos correspondentes às estruturas metálicas, sistemas elétricos, drenagem, pintura e demais serviços necessários à perfeita execução da obra, conforme detalhado na planilha orçamentária e no Projeto Básico

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.011.883,29

R\$ 1.011.883,29 (um milhão, onze mil, oitocentos e oitenta e três reais e vinte e nove centavos)

9.1 O valor estimado da contratação foi obtido a partir de planilha orçamentária elaborada com base em referenciais oficiais de custos da construção civil, pesquisas de mercado e parâmetros regionais, refletindo preços compatíveis com os praticados para obras de mesma natureza e porte. Tal estimativa servirá como valor máximo aceitável para a contratação.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1 Conclui-se que não é vantajoso o parcelamento da contratação, uma vez que o objeto possui natureza integrada e interdependente. A execução por uma única empresa garante melhor compatibilização técnica, responsabilidade única sobre a obra, redução de riscos de incompatibilidade entre serviços e maior eficiência na gestão e fiscalização contratual

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1 A contratação não depende diretamente de outras contratações em andamento. Entretanto, relaciona-se com ações contínuas de manutenção e conservação de equipamentos públicos esportivos, podendo futuramente demandar serviços de manutenção preventiva e corretiva da estrutura implantada.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1 A contratação está alinhada ao planejamento estratégico da Administração Municipal, às políticas públicas de esporte, lazer, cultura e inclusão social, bem como aos instrumentos de planejamento orçamentário vigentes, como o Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA).

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1 Benefícios esperados:

13.1.1 Ampliação do uso da quadra durante todo o ano;

13.1.2 Melhoria das condições de segurança e conforto aos usuários; Valorização do patrimônio público;

13.1.3 Incentivo à prática esportiva, lazer e convivência comunitária;

13.1.4 Redução de custos futuros com manutenção do piso e da estrutura existente.

14. Providências a serem Adotadas

14. Providências a serem Adotadas

14.1 Para a efetivação da contratação, deverão ser adotadas as seguintes providências:

14.1.1 Aprovação do Estudo Técnico Preliminar e do Projeto Básico;

14.1.2 Previsão orçamentária dos recursos necessários;

14.1.3 Instauração do processo licitatório, nos termos da Lei nº 14.133/2021;

14.1.4 Designação de gestor e fiscal do contrato;

14.1.5 Acompanhamento e fiscalização da execução da obra.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1 Os impactos ambientais previstos são de baixo impacto e temporários, relacionados principalmente à geração de resíduos da construção civil, ruídos e movimentação de materiais. Tais impactos deverão ser mitigados mediante adoção de práticas sustentáveis, correta destinação dos resíduos, uso racional de materiais e cumprimento da legislação ambiental vigente.

16. Fundamentação da Contratação

16.1 A presente contratação fundamenta-se no atendimento ao interesse público e na necessidade de adequação da infraestrutura esportiva municipal, em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento e continuidade do serviço público, previstos no art. 5º da Lei nº

14.133/2021.

16.2 A quadra poliesportiva localizada no Patrimônio do Vaz constitui equipamento público essencial para o desenvolvimento de atividades esportivas, educacionais, recreativas e eventos comunitários, atendendo crianças, jovens, adultos e idosos da comunidade local. Contudo, a ausência de cobertura compromete a plena utilização do espaço, em razão da exposição direta às intempéries climáticas, como chuvas, ventos e radiação solar excessiva.

16.3 A implantação de cobertura metálica visa garantir condições adequadas de segurança, conforto e durabilidade do equipamento público, prevenindo danos estruturais, reduzindo custos futuros de manutenção e assegurando a continuidade das políticas públicas voltadas ao esporte, lazer, cultura e inclusão social.

16.4 A contratação está devidamente prevista nos instrumentos de planejamento da Administração Municipal, notadamente no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA), além de encontrar respaldo técnico no Estudo Técnico Preliminar e nos projetos de engenharia elaborados para esse fim.

16.5 Dessa forma, a contratação mostra-se necessária, legítima e plenamente justificada, atendendo às disposições legais vigentes e às demandas reais da coletividade

17. Análise de Riscos

17. Análise de Riscos

17.1 Foram identificados os seguintes riscos relacionados à contratação:

17.1.1 Atraso na execução da obra:

Mitigação: acompanhamento rigoroso do cronograma físico-financeiro e atuação efetiva da fiscalização contratual;

17.1.2 Aumento dos custos de materiais:

Mitigação: utilização de orçamento atualizado com base em referenciais oficiais e previsão contratual adequada;

17.1.3 Problemas na execução estrutural:

Mitigação: exigência de responsável técnico habilitado e fiscalização por profissional qualificado;

17.1.4 Interferência de condições climáticas:

Mitigação: planejamento adequado das etapas da obra e previsão de prazos compatíveis.

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

18.1 Conclui-se que a contratação é técnica, econômica e ambientalmente viável, atendendo ao interesse público, às necessidades da comunidade local e aos princípios da eficiência, economicidade e sustentabilidade, estando apta a prosseguir para a fase de elaboração do Termo de Referência e do processo licitatório correspondente.

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DAIANS SANTOS PIROLO

Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Turismo